



Concurso Público para Soldado da Polícia Militar – QPPM 2ª classe

Domingo, 27 de janeiro de 2013.

Caderno de Prova A

Cargo: Soldado QPPM 2ª classe

Este caderno de prova contém questões de

CONHECIMENTOS GERAIS				CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS								Redação		
Prova Objetiva				Prova Objetiva										
Língua Portuguesa	Realidade Étnica*	Soma		Noções de Direito Penal	Noções de Direito Constitucional	Noções de Direito Processual Penal	Noções de Direito Administrativo	Noções de Direito Penal Militar	Legislação Extravagante	Soma				
Nº de Questões	Nº de Questões	Valor de cada Questão	Valor da Prova	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Nº de Questões	Valor de cada Questão	Valor da Prova	Nº de Questões	Valor da Questão	Valor da Prova
10	5	1	15	5	6	5	6	6	7	2	70	1	25	25

* Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do estado de Goiás.

- 1) Verifique se seu nome, seu número de inscrição e do seu documento de identidade estão grafados corretamente, abaixo da linha. Se houver algum erro, comunique ao fiscal de sala, conforme item 86 do Edital.
- 2) Verifique ainda se o caderno está completo ou se há alguma imperfeição gráfica que possa gerar ilegitimidade ou dúvidas. Se necessário, peça a substituição deste caderno antes de iniciar a prova.
- 3) Leia cuidadosamente o que está proposto.
- 4) As respostas das questões objetivas deverão ser transcritas (marcadas) no cartão de resposta, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta. O cartão de resposta será o único documento válido para a correção da prova objetiva. Os candidatos que descumprirem este item arcarão com eventual prejuízo da ausência de leitura óptica de suas marcações e/ou de sua eliminação, conforme itens 91 e 92 do Edital.
- 5) Caso queira, o candidato poderá utilizar os espaços de rascunho deste caderno de prova e o rascunho do gabarito para registrar as alternativas escolhidas.
- 6) A partir das 16h 30min, os candidatos poderão sair da sala de prova portando este caderno, conforme itens 66, 67 e 87 do Edital.

Observação: Os fiscais não estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.

Identificação do candidato

Rascunho do Gabarito

Questão	Alternativas
1	a b c d
2	a b c d
3	a b c d
4	a b c d
5	a b c d
6	a b c d
7	a b c d
8	a b c d
9	a b c d
10	a b c d
11	a b c d
12	a b c d
13	a b c d
14	a b c d
15	a b c d
16	a b c d
17	a b c d
18	a b c d
19	a b c d
20	a b c d
21	a b c d
22	a b c d
23	a b c d
24	a b c d
25	a b c d
26	a b c d
27	a b c d
28	a b c d
29	a b c d
30	a b c d
31	a b c d
32	a b c d
33	a b c d
34	a b c d
35	a b c d
36	a b c d
37	a b c d
38	a b c d
39	a b c d
40	a b c d
41	a b c d
42	a b c d
43	a b c d
44	a b c d
45	a b c d
46	a b c d
47	a b c d
48	a b c d
49	a b c d
50	a b c d

Leia o texto a seguir para responder às questões 1 a 8.

Violência no Brasil, outro olhar

1 A violência se manifesta por meio da tirania, da opressão e do abuso da força. Ocorre do
2 constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer ou deixar de fazer um ato qualquer.
3 Existem diversas formas de violência, tais como as guerras, conflitos étnico-religiosos e banditismo.

4 A violência, em seus mais variados contornos, é um fenômeno histórico na constituição da
5 sociedade brasileira. A escravidão (primeiro com os índios e depois, e especialmente, com a mão de obra
6 africana), a colonização mercantilista, o coronelismo, as oligarquias antes e depois da independência,
7 somados a um Estado caracterizado pelo autoritarismo burocrático, contribuíram enormemente para o
8 aumento da violência que atravessa a história do Brasil.

9 Diversos fatores colaboram para aumentar a violência, tais como a urbanização acelerada, que traz
10 um grande fluxo de pessoas para as áreas urbanas e assim contribui para um crescimento desordenado e
11 desorganizado das cidades. Colaboram também para o aumento da violência as fortes aspirações de
12 consumo, em parte frustradas pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

13 Por outro lado, o poder público, especialmente no Brasil, tem se mostrado incapaz de enfrentar essa
14 calamidade social. Pior que tudo isso é constatar que a violência existe com a conivência de grupos das
15 polícias, representantes do Legislativo de todos os níveis e, inclusive, de autoridades do poder judiciário. A
16 corrupção, uma das piores chagas brasileiras, está associada à violência, uma aumentando a outra, faces
17 da mesma moeda.

18 As causas da violência são associadas, em parte, a problemas sociais como miséria, fome,
19 desemprego. Mas nem todos os tipos de criminalidade derivam das condições econômicas. Além disso, um
20 Estado ineficiente e sem programas de políticas públicas de segurança contribui para aumentar a sensação
21 de injustiça e impunidade, que é, talvez, a principal causa da violência.

22 A violência se apresenta nas mais diversas configurações e pode ser caracterizada como violência
23 contra a mulher, a criança, o idoso, violência sexual, política, violência psicológica, física, verbal, dentre
24 outras.

25 Em um Estado democrático, a repressão controlada e a polícia têm um papel crucial no controle da
26 criminalidade. Porém, essa repressão controlada deve ser simultaneamente apoiada e vigiada pela
27 sociedade civil.

28 Conforme sustenta o antropólogo e ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo
29 Soares: "Temos de conceber, divulgar, defender e implantar uma política de segurança pública, sem
30 prejuízo da preservação de nossos compromissos históricos com a defesa de políticas econômico-sociais.
31 Os dois não são contraditórios".

32 A solução para a questão da violência no Brasil envolve os mais diversos setores da sociedade, não
33 só a segurança pública e um judiciário eficiente, mas também demanda com urgência, profundidade e
34 extensão a melhoria do sistema educacional, de saúde, habitacional, oportunidades de emprego, dentre
35 outros fatores. Requer principalmente uma grande mudança nas políticas públicas e uma participação maior
36 da sociedade nas discussões e soluções desse problema de abrangência nacional.

CAMARGO, Orson. Violência no Brasil, outro olhar. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/violencia-no-brasil.htm>>.

Acesso em: 2 jan. 2013.

Espaço para rascunho

Questão 1

De acordo com o texto, a violência

- a) é um fenômeno presente na sociedade brasileira desde o início da colonização até os dias atuais.
- b) independe de problemas como urbanização acelerada, miséria, fome, desemprego.
- c) é um problema que cabe ao poder público resolver, pois os demais setores da sociedade nada podem fazer.
- d) configura-se como uma forma única de exercício da força física de uma pessoa sobre outra.

Questão 2

Há, no segundo parágrafo do texto (linhas 4 a 8), uma série de exemplos de violência institucionalizada. Esses exemplos estão organizados de acordo com um critério

- a) lógico-dedutivo
- b) analógico
- c) cronológico
- d) geográfico

Questão 3

A expressão “tais como” (linha 3) tem, no texto, a função de introduzir uma

- a) concessão
- b) exemplificação
- c) conclusão
- d) exceção

Questão 4

No texto, a palavra “demanda” (linha 33) poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, por

- a) inclui
- b) reúne
- c) demarca
- d) requer

Questão 5

No trecho “Temos de conceber, divulgar, defender e implantar uma política de segurança pública, sem prejuízo da preservação de nossos compromissos históricos com a defesa de políticas econômico-sociais. Os dois não são contraditórios” (linhas 29 a 31), o uso das aspas indica discurso

- a) indireto
- b) indireto livre
- c) metafórico
- d) direto

Espaço para rascunho

Questão 6

A função da linguagem predominante no texto é a

- a) emotiva
- b) referencial
- c) metalinguística
- d) poética

Questão 7

As expressões linguísticas “além disso” (linha 19) e “porém” (linha 26) expressam, no texto, respectivamente, sentido

- a) explicativo – alternativo
- b) alternativo – explicativo
- c) aditivo – adversativo
- d) adversativo – aditivo

Questão 8

No trecho “A violência se manifesta por meio da tirania, da opressão e do abuso da força. Ocorre do constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer ou deixar de fazer um ato qualquer” (linhas 1 e 2), o pronome em destaque refere-se ao termo

- a) pessoa
- b) opressão
- c) força
- d) tirania

Leia o fragmento a seguir para responder às questões 9 e 10.

- 1 Na Forquilha, recebeu Supriano um pedaço de mato derrubado, queimado e limpo. Era do velho
2 Terto, que não pôde tocar por ter morrido de sezão. Como o delegado houvesse apreendido o novo dono de
3 que Piano era muito velhaco, ao entregar a terra Elpídio ponderou muito braboso:
4 – Quero ver que inzona você vai inventar para não plantar a roça... Olha lá que não sou quitanda!
5 Supriano não tinha inzona nenhuma. Perguntou, porque foi só isso que veio à mente do coitado:
6 – E a enxada, adonde que ela está, nhô?
7 Elpídio quase que engasga com o guspe de tanta jeriza:
8 – Homi à toa, não vale a dívida e ainda está querendo que te dê enxada! Hum, tem muita graça!

ÉLIS, Bernardo. *A enxada. Melhores contos de Bernardo Élis*. 3. ed. São Paulo: Global, 2003. p. 75-76. (Adaptado).

Questão 9

Predomina, no trecho acima, uma linguagem

- a) formal
- b) informal
- c) científica
- d) técnica

Questão 10

Verificam-se, no fragmento acima, os seguintes elementos da narrativa:

- a) narrador e personagens
- b) tempo e clímax
- c) espaço e desfecho
- d) argumentação e conflito

Questão 11

“O primeiro descobrimento de diamantes [em Goiás], nos rios Claro e Pilões deve ter-se dado em meados de 1733”.

PALACIN, Luís. O século do ouro em Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 2001. p. 56.

Apesar de pouco conhecida por causa da grande visibilidade da exploração do ouro, a exploração de diamantes foi objeto de extrema atenção por parte das autoridades portuguesas. No contexto de Goiás, na segunda metade do século XVIII, a exploração de diamante era

- aberta a todos os mineradores, desde que recolhessem o quinto para a Coroa.
- aberta a todos os mineradores, desde que recolhessem a taxa de captação.
- restrita aos contratadores legalmente autorizados que recolham o quinto.
- restrita aos contratadores legalmente autorizados que recolham a captação.

Questão 12

Observe a tabela a seguir.

Deputados federais eleitos em Goiás na Eleição de 1982

Deputado	Partido
Ademar Santillo	PMDB
Brasílio Caiado	PDS
Fernando Cunha	PMDB
Genésio de Barros	PMDB
Ibsen de Castro	PDS
Iram Saraiva	PMDB
Irapuan Costa Júnior	PMDB
Iturival Nascimento	PMDB
Jaime Câmara	PDS
João Divino	PMDB
Joaquim Roriz	PMDB
José Freire	PMDB
Juarez Bernardes	PMDB
Siqueira Campos	PDS
Tobias Alves	PMDB
Wolney Siqueira	PDS

Nas eleições para deputado federal em Goiás, em 1982, o fato de elegerem-se candidatos de apenas dois partidos políticos se explica

- pela vigência, ainda nessa eleição, do bipartidarismo implantado no Regime Militar.
- pelo conservadorismo dos eleitores, que votaram nos dois partidos de direita.
- pela maior representatividade eleitoral dos dois partidos frente aos demais.
- pelo radicalismo dos eleitores, que votaram nos dois partidos de esquerda.

Espaço para rascunho

Questão 13

A criação do gado vacum foi importante atividade econômica para a ocupação dos chapadões recobertos por cerrado do Centro-Oeste brasileiro. Em Goiás, a criação do gado vacum ocorreu com mais frequência nas regiões leste, sudoeste e norte do estado, o que se justifica pela

- a) existência de uma rede urbana e comercial que servia de suporte à população.
- b) ocorrência de relevos planos com facilidade para mecanização e formação de pastagens.
- c) ocorrência de vegetação natural rasteira e arbustiva constituída sobretudo por gramíneas.
- d) existência de solos férteis favoráveis à implantação artificial de áreas de pastagens.

Questão 14

Sobre a urbanização e a rede urbana do estado de Goiás até 1970, verifica-se que

- a) mais de 75% dos núcleos urbanos existentes tiveram suas origens diretamente relacionadas às atividades da mineração.
- b) a chegada da ferrovia no sul de Goiás proporcionou o surgimento de uma rede urbana local, que se tornou o principal eixo de industrialização.
- c) ao longo da BR-153 estabeleceram-se empreendimentos industriais de transformação, incentivando a criação de novos municípios.
- d) nenhuma cidade nasceu exclusivamente em função do processo de industrialização, mas cidades goianas sofreram influências significativas da expansão capitalista.

Questão 15

Os recursos naturais de uma determinada região podem influenciar diretamente a sua incorporação econômica, uma vez que representam um conjunto de fatores necessários ao processo produtivo – os insumos ambientais – que podem servir como indutores de ocupação. Com base nessas características, no território goiano verifica-se que a microrregião

- a) Chapada dos Veadeiros é caracterizada por um planalto relativamente acidentado, com altitude média superior a 800 metros, abundante em solos ácidos e apresenta baixo potencial para a agricultura mecanizada.
- b) Vão do Paranã apresenta baixo potencial de ocupação agrícola em virtude da presença de relevos muito acidentados, constituídos por solos com alto teor de argila e índices pluviométricos inferiores a 900mm anuais.
- c) do Sudoeste Goiano foi palco de um grande desenvolvimento da agricultura mecanizada, devido à existência de grandes chapadões constituídos em sua maioria por solos altamente ricos e relevo de planícies.
- d) de São Miguel do Araguaia, constituída por latossolos argilosos desenvolvidos sobre chapadões planálticos bem drenados, favoreceu o desenvolvimento da pecuária leiteira e de corte, e a agricultura mecanizada.

Espaço para rascunho

Questão 16

Sobre os princípios constitucionais do Direito Penal, verifica-se que o princípio da

- a) individualização da pena tem por destinatário único o juiz por ocasião da aplicação da pena.
- b) fragmentariedade indica que a intervenção penal somente deve ocorrer para tutelar bens jurídicos de relevo para a sociedade.
- c) culpabilidade tem tradução na vedação da responsabilidade subjetiva.
- d) intervenção mínima orienta para a aplicação do direito penal quando a lesão ou ameaça de lesão ao bem jurídico for irrelevante.

Questão 17

Sobre a legítima defesa, constata-se que

- a) a mera provocação não dá ensejo a legítima defesa.
- b) a injustiça da agressão não está vinculada à sua ilicitude.
- c) não se admite a legítima defesa para proteger direitos metaindividuais.
- d) a legítima defesa subjetiva ocorre quando presente o excesso doloso.

Questão 18

Sobre as penas previstas no Código Penal, tem-se que:

- a) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a um ano de privação da liberdade.
- b) se o condenado for reincidente, o juiz não poderá aplicar a substituição.
- c) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias, devem ser levados em consideração quando da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- d) a limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados, domingos e feriados, por 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

Questão 19

Sobre o crime de ameaça:

- a) pode ser praticado por qualquer meio, palavras, gestos, escritos, tratando-se, portanto, de crime de ação vinculada.
- b) configura-se quando o mal for injusto, idôneo, sério, verossímil e iminente.
- c) o mal prometido deve recair sobre a própria vítima da ameaça.
- d) a ação penal procede-se mediante queixa.

Questão 20

Sobre o crime de homicídio e suas qualificadoras, verifica-se que

- a) a premeditação é considerada qualificadora.
- b) motivo torpe é aquele pequeno demais, de somenos importância, desproporcional.
- c) dissimulação é o ocultamento do agente, que surpreende a vítima quando ela passa pelo local escolhido para a prática do crime.
- d) o motivo fútil tem natureza subjetiva.

Espaço para rascunho

Questão 21

Considerados como princípios fundamentais os politicamente conformadores do Estado, dentre esses encontram-se na Constituição da República Federativa do Brasil aqueles referentes

- a) à liberdade, à igualdade e à fraternidade.
- b) à propriedade privada, à isonomia e à legalidade.
- c) à separação de poderes, à legalidade e à igualdade.
- d) à federação, à república e ao estado democrático de direito.

Questão 22

Os direitos fundamentais, embora sistematizados nos artigos 5º a 17 da Constituição Federal, não se restringem aos previstos a esses artigos. Há diversos direitos fundamentais espalhados ao longo do texto constitucional, dentre os quais estão os direitos coletivos e os direitos individuais. Dentre os direitos individuais encontra-se o direito à vida, como

- a) valor intrínseco em si, que se determina pelas condições de existência natural e física.
- b) direito individual referente à vida humana, compreendido pelas condições naturais e de dignidade.
- c) direito individual fundamental, abrangendo toda e qualquer forma de existência.
- d) valor intrínseco em si, abrangente de todas as formas de vida e de existência, inclusive a humana.

Questão 23

O processo legislativo pode envolver diferentes procedimentos ou ritos. No procedimento legislativo ordinário, o projeto de lei

- a) emendado pela casa revisora será enviado para o arquivamento.
- b) rejeitado pela casa revisora será indicado à sanção.
- c) aprovado pela casa revisora será encaminhado para sanção.
- d) rejeitado pela casa revisora será devolvido à casa de origem.

Espaço para rascunho

Questão 24

A Constituição Federal dá ampla proteção ao meio ambiente e trata do tema em vários capítulos. Assim, enquanto direito fundamental, comporta modalidades cuja proteção abrange o meio ambiente

- a) cultural, em que se protege o patrimônio histórico, artístico e arqueológico.
- b) do trabalho, baseado na salubridade no trabalho, contrapondo-se ao ambiente artificial.
- c) artificial, que compreende o espaço urbano, as florestas adjacentes e o patrimônio arqueológico.
- d) natural, que é o ambiente físico em que se protegem a fauna e as manifestações culturais relativas a ela.

Questão 25

A Constituição Federal dispõe, no artigo 144, que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, atribuindo a seguinte competência:

- a) cabe à polícia militar apurar as infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União.
- b) cabe à polícia civil a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- c) cabe à polícia militar exercer as funções de polícia judiciária, atuando junto à União e aos estados.
- d) cabe à polícia federal apurar infrações penais militares e as que ocorrem em detrimento dos bens da União.

Questão 26

O órgão do Poder Legislativo da União é o Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. De acordo com a Constituição Federal, a Câmara dos Deputados compõe-se pelos representantes do povo, eleitos

- a) diretamente pelo sistema proporcional, nos Estados, Distritos e Territórios.
- b) diretamente, seguindo o sistema majoritário, nos Estados, Distritos e Territórios.
- c) indiretamente pelo sistema universal, nos Estados, Distritos e Territórios.
- d) indiretamente pelo sistema de quociente partidário, nos Estados, Distritos e Territórios.

Espaço para rascunho

Questão 27

É princípio fundamental do processo penal:

- a) princípio da verdade formal.
- b) princípio da defesa limitada.
- c) princípio da sigilosidade processual.
- d) princípio da presunção da não culpabilidade.

Questão 28

No sistema acusatório,

- a) um único órgão de jurisdição preside a fase de investigação, acusação e julgamento do processo.
- b) o acusado é mero objeto do processo, não lhe sendo garantidos direitos.
- c) as partes se encontram em igualdade de posições e, a ambas, um juiz imparcial e equidistante se sobrepõe.
- d) não há contraditório.

Questão 29

O inquérito policial, segundo o Código de Processo Penal,

- a) deverá ser concluído no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventiva ou temporariamente, contado o prazo, nestas últimas hipóteses, a partir da data da decretação da prisão.
- b) poderá ser arquivado por determinação expressa da autoridade policial.
- c) acompanhará a denúncia ou a queixa, sempre que servir de base a uma ou a outra.
- d) depois de ordenado o arquivamento pela autoridade policial, não é possível ser desarquivado, mesmo se de outras provas se tiver notícia.

Questão 30

A ação penal será classificada como:

- a) pública condicionada, quando a atuação do Ministério Público estiver subordinada à requisição do Ministro da Justiça ou à determinação da autoridade policial.
- b) privada personalíssima, quando somente o Ministério Público puder ajuizá-la.
- c) pública incondicionada, quando qualquer do povo puder ajuizá-la.
- d) privada subsidiária da pública, admitida nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

Questão 31

A prisão preventiva poderá

- a) ser decretada para garantia da ordem pública ou da ordem econômica, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- b) ser decretada pelo Ministério Público, ou pela autoridade policial durante o inquérito devendo sempre ser ratificada pelo juiz.
- c) ser decretada somente durante o inquérito policial.
- d) ter prazo de 30 dias, prorrogável por mais 30, em caso de crimes graves.

Espaço para rascunho

Questão 32

A vedação de que o ato administrativo seja dirigido para beneficiar alguma pessoa ou alguma empresa decorre do princípio da

- a) moralidade
- b) impessoalidade
- c) motivação
- d) legalidade

Questão 33

Acerca do ato administrativo:

- a) válido é o ato administrativo que não contraria a ordem jurídica.
- b) diz-se perfeito o ato administrativo editado conforme a Constituição Federal.
- c) perfeição e validade do ato administrativo possuem o mesmo significado.
- d) invalidação do ato administrativo ocorre por razões de oportunidade e conveniência.

Questão 34

Quanto aos poderes da Administração Pública:

- a) pelo poder disciplinar podem ser aplicadas sanções a particulares que não estão sujeitos à disciplina interna da Administração.
- b) por meio do poder regulamentar são editadas normas diante da ausência de leis.
- c) a avocação de atribuições é inerente ao poder hierárquico.
- d) a possibilidade de delegação de atribuições exclusivas decorre do poder hierárquico.

Questão 35

Quanto à Administração Pública em sentido subjetivo verifica-se que

- a) a autarquia e a fundação estão inseridas na administração direta.
- b) a administração direta é composta pela União, estados, Distrito Federal e municípios.
- c) a empresa pública e a sociedade de economia mista compõem a administração direta.
- d) a administração direta é também chamada de administração descentralizada.

Questão 36

No que respeita ao controle da Administração Pública,

- a) o Poder Legislativo não exerce controle sobre a Administração Pública.
- b) invalidação e revogação são indistintamente usadas para extinguir um ato administrativo.
- c) por meio do poder de tutela a administração direta exerce controle sobre os próprios atos.
- d) atos administrativos são revogados por motivo de conveniência ou oportunidade.

Questão 37

Pelo princípio do controle ou tutela, a administração

- a) direta fiscaliza a atividade dos próprios órgãos.
- b) indireta revoga os atos da administração direta.
- c) indireta realiza correção sobre os seus atos.
- d) direta fiscaliza entidade da administração indireta.

Espaço para rascunho

Questão 38

Sobre o concurso de pessoas, no direito penal militar, verifica-se que

- a) o crime de homicídio, previsto no artigo 205 do CPM, é considerado crime de concurso necessário.
- b) na prática de crime de autoria coletiva necessária, reputam-se cabeças os que dirigem, provocam, instigam ou excitam a ação.
- c) o crime de motim, previsto no art. 149 do CPM, é classificado como crime unissubjetivo.
- d) o crime de falso testemunho, previsto no art. 346 do CPM, é denominado crime próprio, porquanto admissível a coautoria.

Questão 39

O Código Penal Militar dispõe o seguinte, sobre a embriaguez:

- a) na embriaguez involuntária completa, o agente será considerado imputável.
- b) o estado de embriaguez não constitui tipo autônomo previsto na legislação penal militar, considerado apenas contravenção penal na legislação comum.
- c) a embriaguez patológica é considerada doença mental, e, no caso de não suprimir completamente a capacidade de entendimento, estará presente a semi-imputabilidade, ocasionando uma redução da pena.
- d) na embriaguez voluntária preordenada completa, o agente será considerado inimputável.

Questão 40

Sobre a ação penal nos crimes militares, verifica-se que

- a) embora pública, admite-se a ação penal privada subsidiária.
- b) há previsão expressa da ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
- c) vigora o princípio da disponibilidade.
- d) a requisição, por encerrar ordem dirigida ao membro do Ministério Público Militar, o obriga a ajuizar a ação penal.

Espaço para rascunho

Questão 41

São consideradas penas principais, segundo o Código Penal Militar, a

- a) perda de posto e patente.
- b) suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.
- c) incompatibilidade com o oficialato.
- d) exclusão das forças armadas.

Questão 42

Em relação aos crimes contra a autoridade ou disciplina militar, tem-se que:

- a) o delito de conspiração se aperfeiçoa quando os autores se reúnem conscientemente com a finalidade de praticar futuro motim.
- b) o delito de omissão de lealdade militar (art. 151. Deixar o militar ou assemelhado de levar ao conhecimento do superior o motim ou revolta de cuja preparação teve notícia, ou, estando presente ao ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo) admite a modalidade culposa.
- c) o crime de incitamento do art. 155 do CPM pode ser praticado apenas por militar, porquanto o bem jurídico tutelado é a disciplina militar.
- d) no delito de conspiração pode haver a diminuição da pena ao agente que denuncia o ajuste de que participou, antes da execução do crime ou quando era ainda possível evitar-lhe as consequências.

Questão 43

Sobre o crime de deserção, previsto no Código Penal Militar, tem-se que:

- a) não admite coautoria.
- b) é considerado crime instantâneo.
- c) o afastamento injustificado é considerado um elemento descritivo do tipo penal.
- d) é considerado crime de mão própria.

Espaço para rascunho

Questão 44

Antônio tem o registro de uma arma de fogo de uso permitido (revólver calibre 38) devidamente regularizada perante a Polícia Federal. No dia 15 de novembro de 2012, encontrava-se na via pública, nas proximidades de sua residência, mostrando a referida arma a um conhecido. Tal situação, nos termos do Estatuto do Desarmamento, é

- a) legal, pois a arma de fogo encontra-se regularizada.
- b) crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.
- c) crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- d) crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido, por parte do conhecido, caso ele fique sozinho com a arma.

Questão 45

José foi abordado em via pública pela Polícia Militar por portar ostensivamente um revólver calibre 38, sem registro e desmuniado. Questionado pelos policiais, informou que pretendia praticar crimes com a arma. Preso em flagrante delito, a arma foi examinada e o laudo pericial constatou que o artefato não era apto a efetuar disparos. A conduta de José é

- a) crime de porte ilegal de arma de fogo, principalmente em razão de que iria praticar crimes utilizando-se dela.
- b) crime tentado, pois conforme afirmou aos policiais, iria praticar crimes com a arma de fogo, tendo sido impedido por circunstâncias alheias à sua vontade.
- c) atípica, pois o objeto apreendido não era arma de fogo nos termos da legislação.
- d) crime de porte de arma de fogo e crime tentado.

Questão 46

É crime hediondo:

- a) o crime praticado em razão de preconceito de raça ou de cor (racismo).
- b) o homicídio, em qualquer hipótese.
- c) o roubo praticado com emprego de arma de fogo.
- d) a tentativa de latrocínio e o latrocínio consumado.

Espaço para rascunho

Questão 47

Considera-se criança e adolescente, nos termos da Lei n. 8069/90, respectivamente, a pessoa até

- a) doze anos de idade incompletos e a pessoa entre doze e dezoito anos de idade.
- b) quatorze anos de idade incompletos e a pessoa entre quatorze e dezoito anos de idade.
- c) doze anos de idade incompletos e a pessoa entre doze e vinte e um anos de idade.
- d) quatorze anos de idade incompletos e a pessoa entre quatorze e vinte e um anos de idade.

Questão 48

Adolescente flagrado pela Polícia Militar, no momento em que pratica ato infracional, deve ser imediatamente encaminhado

- a) ao Conselho Tutelar, o qual dará início ao procedimento de apuração, solicitando apoio da Polícia Civil, se necessário.
- b) à autoridade policial, visando à lavratura do auto de apreensão em flagrante, se for o caso.
- c) ao Juiz da Infância e Juventude, que deliberará sobre a apreensão do adolescente.
- d) ao Ministério Público, visando à realização de oitiva informal, com possibilidade de concessão de remissão ao adolescente.

Questão 49

São infrações penais de menor potencial ofensivo:

- a) todas as contravenções penais, independentemente da pena prevista, e, ainda, os crimes com pena máxima não superior a dois anos.
- b) as infrações penais (crime e contravenções penais) com pena máxima não superior a dois anos.
- c) os crimes com pena máxima não superior a dois anos.
- d) os crimes e contravenções penais afiançáveis.

Questão 50

A delação premiada, prevista na Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas), é causa

- a) de aumento de pena ao condenado que praticou o crime em concurso de pessoas, tendo ficado demonstrado que teve pequena participação no resultado.
- b) atenuante de pena, ao indiciado ou acusado que voluntariamente colaborar com a investigação policial e o processo criminal confessando o crime por ele praticado e possibilitando a recuperação total ou parcial do produto do crime.
- c) de redução de pena ao indiciado ou acusado que voluntariamente colaborar com a investigação policial e o processo criminal, na identificação de demais coautores e partícipes, e na recuperação total ou parcial do produto do crime.
- d) atenuante de pena aplicável ao indiciado ou acusado primário, com bons antecedentes e que não se dedique a atividades criminosas nem integre organização criminosa.

Espaço para rascunho

Tema muito debatido na atualidade é a proposta de redução da maioria penal. Sobre esse assunto, leia a coletânea de textos a seguir.

TEXTO 1

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Título I: Das Disposições Preliminares. Disponível em: <<http://www.febem.sp.gov.br/files/pdf/eca.pdf>> Acesso em: 24 nov. 2012.

TEXTO 2

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que jovens menores de 18 anos que forem flagrados traficando drogas pela primeira vez não podem mais ser internados em instituições de reabilitação. A internação só pode ocorrer quando houver reincidência, descumprimento da punição anterior ou nas situações em que a infração for cometida mediante grave ameaça ou violência. O efeito imediato da decisão deve ser a reincorporação de uma verdadeira tropa de adolescentes às facções criminosas. Além disso, é de esperar que outros jovens sejam atraídos para a criminalidade. As punições máximas agora são a liberdade assistida e o regime de semiliberdade em que o jovem traficante é obrigado a dormir em alguma instituição paga com dinheiro público. Em vez de amenizar punições e tratar traficante de drogas como se fosse um simples pichador, o país deveria discutir com maturidade a redução da maioria penal. Não dá para tratar sujeitos de 17 anos com a mesma compreensão, tolerância e brandura com que são tratados os garotos de 12.

GENTILE, Rogério. Favor ao crime. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/rogeriogentile/1141622-favor-ao-crime.shtml>>. Acesso em: 24 nov. 2012. (Adaptado).

TEXTO 3

O Código Civil criou para os jovens de 18 anos responsabilidades, uma vez que, ao afirmar a maioria deles, os inclui mais cedo na incidência legal. O mesmo raciocínio não se aplica, porém, à maioria penal, cujo debate leva alguns a quererem admiti-la aos 16 anos. A responsabilidade penal antes dos 18 anos é sustentada pela afirmação do pleno conhecimento das consequências da conduta criminosa. Contra, há a sustentação das diferenças culturais no espaço interno deste país heterogêneo, a desaconselhar o agravamento da punibilidade.

GENEVIVA, Walter. Limites da maioria penal. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 5 ago. 2006. p. C2. (Adaptado).

TEXTO 4

Ao menos quatro entre cinco brasileiros concordam com a redução da maioria penal para 16 anos, revela a pesquisa “Retratos da Sociedade Brasileira: Segurança Pública”, feita pelo Ibope e divulgada hoje pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Mostram-se totalmente a favor da medida 75% dos entrevistados e parcialmente a favor, 11%. Os que são contrários total e parcialmente somam 9%. “Os crimes praticados por menores é uma preocupação da população, que também demanda ações mais severas nesses casos”, afirma o documento. Além disso, os que acham que atribuição da responsabilidade penal somente a partir dos 18 anos incentiva a participação de menores de idade em crimes somam 83%, enquanto os que discordam são 9%.

PESQUISA mostra que 75% da população apoia redução da maioria penal. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-mostra-que-75-da-populacao-apoia-reducao-da-maioridade-penal,787559,0.htm>> Acesso em: 24 nov. 2012.

Com base na leitura da coletânea, escreva um texto dissertativo argumentativo discutindo a seguinte questão-tema **Redução da maioria penal: um favor ao crime ou um favor à sociedade?**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

CONCURSO PÚBLICO PARA SOLDADO MÚSICO DA POLÍCIA MILITAR – QPM 2ª CLASSE

Gabarito Oficial Preliminar

Cargo: Soldado Músico QPM 2ª classe

PROVA A	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
	A	C	B	D	D	B	C	A	B	A	D	C	C	D	A	B	A	C	B	D	D	B	C	A	B
	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
	A	D	C	C	D	A	B	A	C	B	D	D	B	C	A	B	A	D	C	C	D	A	B	A	C
PROVA B	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
	A	B	D	C	C	D	B	A	D	A	C	B	B	C	A	D	A	B	D	C	C	D	B	A	D
	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
	A	C	B	B	C	A	D	A	B	D	C	C	D	B	A	D	A	C	B	B	C	A	D	A	B
PROVA C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
	C	B	A	D	D	A	B	C	A	C	D	B	B	D	C	A	C	B	A	D	D	A	B	C	A
	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
	C	D	B	B	D	C	A	C	B	A	D	D	A	B	C	A	C	D	B	B	D	C	A	C	B
PROVA D	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
	C	A	D	B	B	D	A	C	D	C	B	A	A	B	C	D	C	A	D	B	B	D	A	C	D
	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
	C	B	A	A	B	C	D	C	A	D	B	B	D	A	C	D	C	B	A	A	B	C	D	C	A

Segunda-feira, 28 de janeiro de 2013.

Profª. Eliana Machado Pereira Nogueira
 DIRETORA DO NÚCLEO DE SELEÇÃO - UEG

CONCURSO PÚBLICO PARA SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR – QPPM 2ª CLASSE

Gabarito Oficial Preliminar

Cargo: Soldado QPPM 2ª classe

PROVA A	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
	A	C	B	D	D	B	C	A	B	A	D	C	C	D	A	B	A	C	B	D	D	B	C	A	B
	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
	A	D	C	C	D	A	B	A	C	B	D	D	B	C	A	B	A	D	C	C	D	A	B	A	C
PROVA B	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
	A	B	D	C	C	D	B	A	D	A	C	B	B	C	A	D	A	B	D	C	C	D	B	A	D
	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
	A	C	B	B	C	A	D	A	B	D	C	C	D	B	A	D	A	C	B	B	C	A	D	A	B
PROVA C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
	C	B	A	D	D	A	B	C	A	C	D	B	B	D	C	A	C	B	A	D	D	A	B	C	A
	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
	C	D	B	B	D	C	A	C	B	A	D	D	A	B	C	A	C	D	B	B	D	C	A	C	B
PROVA D	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
	C	A	D	B	B	D	A	C	D	C	B	A	A	B	C	D	C	A	D	B	B	D	A	C	D
	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
	C	B	A	A	B	C	D	C	A	D	B	B	D	A	C	D	C	B	A	A	B	C	D	C	A

Segunda-feira, 28 de janeiro de 2013.

Profª. Eliana Machado Pereira Nogueira
 DIRETORA DO NÚCLEO DE SELEÇÃO - UEG